

LYOTARD, JEAN FRANÇOIS. *A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA*.

Prof. Eloy Lago

Sociólogo, professor de metodologia científica, da pesquisa e de sociologia da FASETE e da UNEB.

O autor francês, falecido em 1998, desenvolveu uma série de trabalhos na área da filosofia. Podemos destacar títulos como: *A Fenomenologia, Capitalismo e Esquizofrenia, O Inumano, Economie Libidinal, Dérive a partir de Marx e Freud e Le Differend*. Desta trajetória, pode-se comentar a sua biografia a exemplo da sua ligação com a chamada “**filosofia do desejo**”, representada por Deleuze e Guattari; bem como a sua aproximação da **Escola de Frankfurt**; Ou de uma interpretação do **nietzschianismo** francês, marcando duas vertentes em sua escrita: a da **reflexão estética** e a da **reflexão política**, que irá traduzir a história do seu pensamento e a sua ligação com o grupo Socialismo ou Barbárie.

Na presente obra, que teve sua publicação original datada de 1979, porém cada vez mais atual, ainda que para ser revisitada e criticada, Lyotard reflete sobre a questão da **linguagem**, na Sociedade Ocidental, numa perspectiva **pós-estruturalista**, juntando-se às discussões com Wittgenstein e promovendo importantes mudanças em seu pensamento, passando a refletir sobre o **esgotamento da modernidade** e a preocupação com a cultura resultante dessa realidade, em particular, com o avanço das práticas técnico-científicas que têm provocado um radical repensar o político, o jurídico, o estético, o ético e o científico.

Em 148 páginas, “*A condição pós-moderna*”, divide-se em 14 seções, apresentando a sequência seguinte: 1. O Campo: o saber nas sociedades informatizadas; 2. O Problema: a legitimação. 3. O Método: os jogos de linguagem; 4. A Natureza do Vínculo Social: a alternativa moderna; 5. A Perspectiva Pós-Moderna; 6. Paradigma do saber narrativo; 7. A pragmática do saber científico; 8. A função narrativa e a legitimação do saber 9. As narrativas de legitimação do saber; 10. A deslegitimação; 11. A investigação e a sua legitimação pela performatividade; 12. O ensino e a sua legitimação pela performatividade; 13. A ciência pós-moderna como pesquisa de instabilidade; 14. A legitimação pela paralogia.

Dessa forma, o autor inicia delimitando o seu objeto: a preocupação com o **saber nas sociedades avançadas** denominadas **pós-industrial**, responsáveis por uma **cultura pós-moderna**. Em seguida, coloca o problema da **legitimação do saber**, propondo esta discussão a partir da concepção da **teoria dos jogos**, tendo na linguagem o seu procedimento de análise e estabelecendo a sua argumentação refletindo sobre a **concepção moderna** de sociedade, de saber, de conhecimento popular, de ciência e seus paradigmas de legitimação e da **alternativa pós-moderna**; além de fazer uma discussão sobre investigação, ensino, técnicas, tecnologias, com relação ao **poder** e à **informação** em uma **nova cultura**.

Seu estilo é demasiado denso, apresentando uma escrita não clara, nem didática, prejudicando em muito a compreensão da obra. Porém traz uma profundidade em suas, não menos polêmicas, idéias, definindo a perspectiva pela **teoria da linguagem** em uma concepção da sociedade tecnológica **pós-metarrelatos**, portanto pós-moderna.

Sua metodologia é ensaística e experimental, propondo discutir o tema através dos procedimentos dos jogos de linguagem, concebendo as relações entre os indivíduos na sociedade a partir do “combate” (no sentido dos jogos) nas interações entre destinador, destinatário e referente, onde cada um irá buscar o seu melhor “lance” no jogo.

Após as pontuações supracitadas, cabe aqui um comentário do conteúdo da obra de Lyotard. Na introdução ele delimita o objeto de estudo, fazendo alusão às mudanças ocorridas na cultura, a partir do fim do século

XIX, pelas transformações na ciência, literatura e arte. Questiona sobre as condições do **saber** afetado por este contexto. Em particular, sobre o saber da **ciência** e seu discurso de legitimação, desde a perspectiva **moderna** das **grandes narrativas** buscando o consenso pela **verdade** e **justiça** estabelecidas a partir da unanimidade entre destinador e destinatário; até uma “**condição pós-moderna**” na **incredulidade** diante dessas narrativas, colocando a **crise** da **filosofia** metafísica e da **universidade** dela dependente. Como consequência, a narrativa dispersa-se em elementos de linguagem, passando a ser narrativos, mas também denotativos, descritivos, prescritos etc., forjando combinações de linguagem nem sempre estáveis ou comunicáveis. Fundando a sociedade no determinismo localizado, não mais na narrativa estruturalista ou da teoria dos sistemas, por exemplo, mas na heterogeneidade dos elementos dos jogos de linguagem.

Lyotard apresenta como **hipótese o advento da informatização** que realça e amplia a transformação do saber e seus efeitos sobre a autoridade pública e instituições civis, tendo como início os anos 50, variando no seu avanço segundo os países e setores de atividades e, entendendo como um processo de transformações tecnológicas, afetando o saber nas duas principais funções: **investigação** e transmissão de **conhecimento**, onde, a multiplicação das máquinas informacionais altera a circulação de conhecimentos e promove a separação saber/sabedor e o **saber** torna-se **mercadoria** e principal força de produção.

Dessa forma a **ciência** se legitima como peça fundamental para a capacidade produtiva dos **estados-nações**. Estes dependerão do saber para concorrerem mundialmente. Portanto, o conflito passa a ser pelo **domínio da informação**. Nesse quadro, se intensifica ainda mais a distância entre países, e provoca o repensar do próprio estado-nação, que perde o seu controle sobre os investimentos, ocorrendo conflitos entre instâncias estatais e econômicas, obrigando o estado a repensar as relações com as empresas e a sociedade civil. Neste contexto, tanto países como pessoas são colocados na posição de favorecidos (os decisores), ou desfavorecidos, os que pagam pelo processo (os servidores).

O autor afirma a já existência do cenário acima em algumas realidades. Nas administrações públicas e em empresas como as de telecomunicações. Adverte que a tendência só não prevalecerá no caso de uma estagnação ou recessão geral, por exemplo, se não houver solução para o problema da energia.

O autor coloca então, o seu **problema de pesquisa, a legitimação do saber**. Lyotard começa pela compreensão de saber científico como uma das variadas formas de discurso. Ele não é todo o saber e, normalmente está em conflito com um outro, o narrativo que é visto como não científico. Na legitimação, o autor compara com a lei na sociedade civil. Tendo a legitimação pela autoridade do legislador em promulgar uma lei como norma. No discurso científico, o legislador (cientista), de acordo com os requisitos da ciência, por exemplo, consistência e verificabilidade de um enunciado, está autorizado a promulgar este discurso como legítimo para a comunidade científica. Está colocada, dessa forma, a relação entre **saber e poder**, onde na era da informatização a questão de saber é questão de poder, daí a importância pela **posse dos meios** de saber.

Após estas questões o autor define o seu **método de trabalho** na perspectiva dos **jogos de linguagem** referindo a Wittgenstein, analisando os efeitos dos discursos como em um jogo de xadrez, tendo os enunciados estabelecidos a partir de regras fixadas que definem os papéis representados no discurso pelo destinador, pelo destinatário e pelo referente, possibilitando a comunicação (ou jogo). Com isso ele faz três observações: primeiro, **as regras não se legitimam por si**, mas é resultado de contrato explícito ou não entre os jogadores; segundo, **sem regras não há jogo** e estas regras não podem ser mudadas ou tomadas de outros jogos; terceiro, **um enunciado é um “lance” no jogo**. Dessa forma, são dois os princípios do método: o primeiro é que , **falar é combater** no sentido de jogar; segundo, que a sociedade se faz por **lances de linguagem**.

Dito isto, Lyotard passa a refletir sobre a **natureza do saber na sociedade contemporânea**, discutindo dois **metadiscursos** advindos do século XIX. O **funcionalista**, entendendo a sociedade composta por um todo orgânico de início e, a partir dos anos 50 com a tese do sistema auto-regulado de T. Parsons, tendo o modelo teórico de compreensão da sociedade na cibernética, onde o princípio do sistema é sua totalidade indivisível; a visão oposta, tem como princípio a **luta de classes**, entendendo a sociedade dividida em duas, marcando o surgimento do marxismo. Lyotard critica esta visão, dizendo que nos países liberais a luta de classe foi transformada em reguladores do sistema e, nos países comunistas, as lutas foram eliminadas. Nos dois casos, a crítica marxista serviu para a programação do sistema e ameaça reduzir a uma **utopia**, que é definida por ele apenas como uma esperança.

A partir das duas visões, deve-se colocar, segundo o autor, as alternativas para as concepções de saber e de vínculo social na realidade das sociedades industriais avançadas. Para isso, é preciso conhecer estas sociedades e optar: ou por uma visão de **homogeneidade/funcionalismo/positivismo**; ou pela concepção de dualidade intrínseca do **saber/criticismo/reflexivo/hermenêutico**.

Com isso o autor explica que é necessário rever a natureza do **vínculo social** numa perspectiva pós-moderna, compreendida a partir da mudança de função do Estado no capitalismo tecnológico atual, tendo as funções de decisão retiradas dos administradores e entregues a **autômatos**. Nesse modelo, a classe dos **decisores** deixa de ser a classe política tradicional, passando para os gestores de impressos, altos funcionários, dirigentes de grandes organismos profissionais, sindicais, políticos, confeccionais. Tem-se a **decomposição** das grandes narrativas, mas advertindo ele que, com isso, o indivíduo não passa a estar isolado, mas inserido em um vínculo de relações complexas, a partir de lugares onde estabelecem seus lances, quer no lugar de destinador, destinatário ou referente, possibilitando pelos jogos de linguagem o mínimo de relações exigidas para que a sociedade exista.

Nesse aspecto Lyotard vê a **linguagem** na sociedade hoje não como fala manipuladora ou transmissão unilateral. No entanto, também não é livre expressão do diálogo. Por isso, para compreender as relações sociais, deve-se ir além de uma **teoria da comunicação**, colocando uma **teoria dos jogos**. Compreendendo a atomização do social em **redes flexíveis de jogos de linguagem**, mesmo com as barreiras estabelecidas, por exemplo, pela burocracia.

Na sequência Lyotard trata das **formalidades** para se constituir o saber, no que ele chama de **pragmáticas**. A primeira, refere-se ao saber narrativo correspondente ao discurso não científico, para explicar que o saber não se reduz à ciência e seu discurso denotativo ou mesmo ao conhecimento. O saber é o que possibilita à pessoa proferir **bons enunciados**, sejam narrativos, denotativos, prescritivos, avaliativos, etc.

Esse saber se caracterizou por dois traços principais: pelo **costume**, no vínculo cultural tradicional (saber narrativo); e pela **ciência**. No primeiro, as narrativas contadas permitem estabelecer os critérios para a vida no grupo, apresentando uma pluralidade de jogos de linguagem onde todos podem ocupar papéis de narrador, narratório ou referente e, o tempo torna-se dissipado e sem memória. Dessa forma, diz o autor, que a **cultura popular** não necessita autorizar a sua narrativa, esta é imediatamente **legitimada pelo povo**.

A segunda pragmática é a do **saber científico**. Este exige um único discurso, o **denotativo**. Só é aceito se apresentar possibilidade de **verificabilidade** ou **falsificabilidade**. O sábio é aquele capaz de produzir enunciados reconhecidos pelas autoridades (os cientistas). Por isso, o saber científico é **isolado da sociedade**. O jogo de ciência é determinado por um tempo diacrônico implicando uma memória e um projeto de investigação que leve a novas descobertas.

Entretanto, explica o autor, que os dois jogos: narrativo ou científico, não devem ser colocados na posição de **piores ou melhores**, apenas de **jogos diferentes**. Portanto, apresentando **regras diferentes**. Tendo na narrativa a não preocupação com o questionamento dos enunciados científicos, enquanto que para a ciência a narrativa deve ser interrogada, para civilizar, educar, desenvolver.

Porém, Lyotard diz que o saber científico recorre à narrativa para ser **legitimado** e exemplifica esta perspectiva já em Platão e Aristoteles. Observa ainda na ciência moderna duas componentes a mais para legitimação: a questão de **como decidir** se o **verdadeiro** o é e, se as **regras são boas** já que, só podem ser decididas, dessa forma, pelos especialistas.

Adverte que o saber narrativo reaparece no ocidente com a **modernidade** para trazer uma solução à **legitimação** das **novas autoridades** e, a ciência segue esta atitude colocando a relação **estado/saber científico** tendo a narrativa de um herói que é o povo, da legitimação pelo consenso deste e, a normatividade pela deliberação.

Segundo o autor, este modo de legitimação pode tomar duas direções: ou coloca o **sujeito** da narrativa (o povo) como **herói do conhecimento**; ou como **sujeito prático** (herói da liberdade). Estabelecendo, nem sempre, o mesmo sentido na narrativa e, tornando insuficiente para conferi-lo versão completa de legitimidade.

Nesse contexto são apresentadas **duas grandes versões** para as narrativas de legitimação do saber: a primeira é **política** (narrativa das liberdades), tendo a humanidade como heroína, como sujeito da liberdade, porém com a nação só alcançando a sua liberdade através do **Estado**, este, por sua vez, se encarrega e é o único legitimador da formação do povo. A segunda é **filosófica** (especulativa), a legitimação da sociedade se dá por um sujeito do saber, e não apenas na aquisição de conhecimentos formais pelos indivíduos na sociedade. Nessa segunda versão, diz Lyotard que o **sujeito do saber** não é o povo, mas o **espírito especulativo**; não se encarna num Estado, mas num **sistema**; o jogo da linguagem de legitimação não é político-estatal, mas filosófico. O saber, nessa forma, encontra validade em si, e diz como deve ser o Estado e a sociedade, torna-se “**vida**” e “**espírito**” no dizer de Fichte ou Humboldt.

O autor defende um outro procedimento para resolver o problema da legitimação, através de novo vigor para a primeira versão, colocando a **autonomia da vontade**. Nesse modelo, o saber não encontra validade em si, mas num **sujeito prático**, a humanidade. O princípio do movimento que anima o povo é a **autogestão de sua liberdade**. O sujeito é um **sujeito concreto** e busca a libertação relativa de tudo o que o impede de se autogovernar. O jogo de linguagem traz a importância não só em legitimar enunciados **denotativos** relevantes do **verdadeiro**, mas enunciados **prescritivos**, do **justo**. Assim, o saber reencontra a sua função crítica, não mais a serviço do Estado, mas visa **servir ao sujeito prático** (à coletividade autônoma), a única função da **ciência** é a de **informação** para esse sujeito.

O autor coloca, então, o princípio de deslegitimação, sendo a conjuntura da sociedade hoje marcada pela **desautorização das grandes narrativas**: especulativa ou emancipativa. Nesse contexto, Lyotard afirma a necessidade de identificar os germes de deslegitimação e niilismo dessas grandes narrativas. A primeira **crítica**, segundo ele, é a da versão **especulativa**, onde a ciência se equivoca em relação ao saber, ela não tem legitimidade e a busca na narrativa – tornado-se ideologia – porque só considera saber se for universalizado. Nesse contexto, o motor da deslegitimação é a própria exigência de legitimação, daí a crise do saber científico. A segunda **crítica**, a da **emancipação**, por colocar a legitimidade da ciência na autonomia dos interlocutores empenhados na prática ética, social e política. Diz o autor que nada garante para um enunciado verdadeiro que ele seja justo. A proposta, portanto, é **atacar a legitimidade do discurso da ciência**, deslegitimando-o e colocando-o em paridade com outros. Esta deslegitimação abre caminho a uma corrente

importante da pós-modernidade, reconhecendo que a ciência joga o seu próprio jogo e não pode legitimar outros, nem a si mesma. Portanto, a **legitimação** só pode vir da **prática da linguagem** nos lances jogados e da **interação comunicacional**.

Sendo assim, Lyotard reflete sobre a **investigação e o ensino** em relação à legitimidade, no que ele chama de **legitimação pela performatividade**. Em relação à **investigação** na ciência, ela é afetada por duas modificações: o **enriquecimento das argumentações** e a **complexidade da administração das provas**. Na primeira, para o autor, a partir da lógica, deve-se criar uma linguagem capaz de expressar uma pluralidade de sistemas formais e axiomáticos possibilitando argumentar enunciados denotativos escritos em uma metalingua universal, mas sem consistência. Quanto à administração da prova em pesquisa, Lyotard coloca o problema de como verificá-la. Dada a complexidade hoje, não se pode mais proceder só pelos sentidos, aí entra o recurso da técnica. Acontece que, para as técnicas, não se coloca em questão o verdadeiro ou justo, ou belo, etc, mas, o eficiente. Isto transforma a investigação em força de produção, colocando-a como instrumento de riqueza e poder, transformando o jogo de linguagem científica em jogo de rico, onde o mais rico tem mais poder. Portanto, a informação passa a ser indispensável para o poder.

No aspecto do **ensino**, coloca-se a outra vertente do saber, a da sua **transmissão**. Esta é planejada com base nas visões que se tem de sociedade e ciência. Na concepção da **teoria dos sistemas**, o ensino é um **subsistema** do sistema social, logo a sua tarefa será promover a “performatividade” do sistema fornecendo as competências técnicas para este – ele analisa o caso da universidade. Por isso, os especialistas que terão a **prioridade** no ensino serão os da área da **telemática** e, a prioridade é a formação de competências (técnicas) não de idéias; não mais formar uma elite para a nação, mas formar jogadores capazes de atuar e garantir o seu lugar nas instituições. Nesse contexto, mudam os papéis dos estudantes, das universidades e dos professores; passam a ter que dominar o jogo da linguagem da informática (a linguagem das máquinas).

Frente a esta realidade, Lyotard propõe a concepção de **ciência pós-moderna** como **pesquisa de instabilidades**. Dizendo que a expansão da ciência não se faz com o modelo do positivismo e da eficiência como quer a teoria dos sistemas. Com o advento da teoria **quântica** e da **microfísica**, estas, obrigam a uma revisão radical da idéia de trajetória contínua e previsível do modelo input/output. Nessa visão, a incerteza aumenta com a precisão, logo, **a regra é a imprecisão, a instabilidade**. Como ele diz, sendo o homem o referente, o jogo se faz pelo acaso, em uma realidade onde **o mais frequente é o conflito** em apenas ilhas de determinismo. Portanto a ciência pós-moderna, na teoria da sua evolução é: descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. A palavra saber, tem seu sentido alterado, produz não o conhecimento, mas o desconhecido. A especificidade da ciência está na sua imprevisibilidade.

São estas condições que leva o autor a concluir colocando a **legitimação pela “paralogia”**. Segundo ele, o discurso pós-moderno não se legitima mais pela grande narrativa: da emancipação da humanidade ou da dialética do espírito. Agora deve-se colocar o **princípio da pesquisa narrativa**, tendo a paralogia como legitimação, esta significando um lance desconhecido em uma jogada imediata. Sendo o **consenso apenas local e datado, não a finalidade do jogo**. Nesse contexto, a informação para as sociedades, tanto pode servir como instrumento do sistema de mercado, para controlar e regular a sociedade; como pode torna-se útil para uma diversidade de grupos, possibilitando, o acesso à informação e à decisão com conhecimento de causa. A via a seguir, segundo ele, é simples, deve-se garantir o livre acesso do público às memórias e bancos de dados, possibilitando aos jogos de linguagem, jogos de informação completa, estabelecendo assim o direito à justiça e ao desconhecido.

O livro de Lyotard, traz, pois, uma reflexão polêmica, com a polêmica das suas idéias. Inserindo-se no debate sobre a **crise da modernidade** e, tomando posição por uma **perspectiva pós-moderna**. A sua obra

está, assim, pronta, segundo suas próprias palavras, não para o consenso universal ou à verdade, mas para ser debatida. Segundo seus próprios princípios, leva, não a previsões, mas ao desconhecido, à incerteza, a uma argumentação ou “lance” no jogo de linguagem da ciência.

O seu **objeto** está delimitado no tempo e no espaço a partir das **sociedades industriais avançadas/informatizadas européias**. Logo faz, às vezes, parecer ingênuo nas suas conclusões, quando avaliamos do ponto de vista da periferia, dos países dependentes e carentes, de informatização, de tecnologia, com um déficit social, do conhecimento e do saber, imenso, promovido pelo “fosso” da desigualdade. É certo que não devemos reeditar as experiências vividas a partir das grandes narrativas, nem mesmo a da emancipação da humanidade, no projeto do “socialismo real”, pois sabemos o seu resultado. Mas, do ponto de vista da pós-modernidade, para a nossa própria sobrevivência – **a sobrevivência dos países periféricos** – não podemos ceder ao princípio do mercado ou da submissão ao “capitalismo fetichista”.

Cabe, pois, no nosso caso, forjar alternativas coletivas para a nossa realidade. Só que estas, nas palavras do próprio autor, não devem ter a pretensão de verdades prontas, acabadas e absolutas, sejam científicas ou não, mas sim, de experiências vividas no dia-a-dia, nos embates de princípios e posições, nas inter-relações e interações **locais**; de preferência e, fazendo todos os esforços, na teoria, na prática e nos jogos de linguagem – reconstruindo, claro, tais conceitos – para serem experiências **democráticas** e de **justiça social**, construídas a partir das relações e decisões coletivas, acima de tudo, garantindo a cada **Ser Humano**, a emancipação e o domínio, não só no conhecimento das regras dos jogos, mas, do poder de elaborar tais regras e de ter poder sobre elas; para não estarem submetidos, nem para submeter aos outros. Com certeza, somente através de uma **Educação verdadeiramente Libertadora** daremos passos concretos nesta direção e, tal prática de educação não se consegue pelo ensinamento, mas pela vivência e pela construção de jogos de linguagem abertos e francos.

O livro interessa, pois, aos especialistas da área, não só da filosofia, também de sociólogos, historiadores, tecnólogos, políticos, educadores e todos os que queiram se aventurar pelos densos caminhos da condição pós-moderna humana, mesmo que os mesmos não se reconheçam plena ou parcialmente nesta condição.